



Gerálido Migelel/Senado Federal



Debatedores cobram de Maria do Rosário (2ª à esq.) diagnóstico aprofundado

Ministra expõe parecer sobre direitos humanos

Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos, apresentou em audiência no Senado relatório nacional destacando a diminuição da pobreza. **4**

Orçamento atual recebe reforço e contempla Rio+20

Congresso aprovou ontem R\$ 430 milhões para preparação do evento, que será realizado em 2012 no Rio de Janeiro, e para diversos programas dos três Poderes

Projeto abre crédito suplementar para a realização do evento que marca o 20º aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). Os parlamentares aprovaram ainda mais seis iniciativas, totalizando créditos

extraordinários que ultrapassam R\$ 1,2 bilhão, destinados a projetos de órgãos como os ministérios da Defesa, da Justiça, da Previdência Social e das Relações Exteriores, as justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, entre outros, e para transferências a estados, DF e municípios. **5**

Planejamento do governo para os próximos quatro anos pode ser votado hoje **3**

Dez relatórios setoriais do Orçamento para 2012 estão na pauta da CMO **3**

Relator apresenta texto da reforma administrativa **2**



Felipe Barra/Senado Federal



Gerálido Migelel/Senado Federal

Mesquita, Eunício, Rollemberg e Braga no lançamento da 9ª edição da revista *Em discussão!*, do Jornal do Senado

Revista sobre Código Florestal é lançada

Senadores afirmaram, no lançamento, que a nona edição de *Em discussão!* é um documento histórico sobre os debates da reforma do Código Florestal no Senado. **4**

Comissão aprova proibição de propaganda de bebida alcoólica

Relatório também propõe taxa de 1% sobre venda de tabaco e álcool para financiar medidas de prevenção às drogas. **8**

CCJ confirma Supremo e prevê casos de pena mais leve para tráfico **6**

Livro com denúncias sobre a privatização gera debate **6**

Educadores premiados por inovação são homenageados **7**

Comissão adia análise do Estatuto da Juventude **7**

Benedito de Lira apresentou à CCJ a terceira versão da proposta de reforma. Medidas incluem redução da mão de obra terceirizada e preveem economia anual da ordem de R\$ 150 milhões

Reforma administrativa do Senado ganha nova versão

UMA ECONOMIA ANUAL para os cofres públicos de R\$ 150 milhões foi prevista por Benedito de Lira (PP-AL) ao apresentar à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), ontem, seu substitutivo ao projeto de reforma administrativa do Senado. Pedido de vista coletiva adiou a votação para a próxima quarta-feira.

O texto é a terceira versão da reforma — as anteriores foram apresentadas, em 2010, pelo então senador Tasso Jereissati e, em 2011, pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), no âmbito de subcomissão da CCJ sobre o tema. As mudanças começaram a ser analisadas com base em estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV).



Benedito de Lira (D) acatou emenda de Francisco Dornelles contra nepotismo

De acordo com o relator, em termos gerais, a estratégia adotada foi a mesma de Ferraço: priorização da área fim; comando unificado para a coordenação dos órgãos da área meio; junção dos órgãos voltados à gestão do

conhecimento; diminuição das despesas, por redução de hipertrofias, duplicidades e superposições; e designação de funções comissionadas exclusivamente para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento.

Estudos técnicos devem basear decisão da Mesa

O projeto de resolução (PRS 96/09) proposto por Benedito de Lira prevê o envio à Comissão Diretora de estudos de diversos órgãos técnicos da Casa, para redimensionar o uso de recursos humanos e materiais. Entre eles, está o da regulamentação do pagamento de horas extras e o da redução de 30% da mão de obra terceirizada, no prazo de seis meses, tomando como base os números de dezembro de 2010. Com a redução da mão de obra terceirizada, o relator estimou economia anual superior a R\$ 48 milhões.

O relator também prevê que o Senado providencie a não renovação do contrato do programa Interlegis.

Medidas contra nepotismo e regra para estágios

Emenda do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), acatada por Benedito de Lira, torna expressa a proibição de nepotismo nas unidades administrativas do Senado, inclusive nos gabinetes parlamentares. Entre as práticas combatidas pela proposta, de acordo com Benedito de Lira, estão os ajustes para designações recíprocas, que poderiam ser usados para burlar a proibição determinada por súmula do Supremo Tribunal Federal.

Outra medida em reforço da impessoalidade na administração pública é a regra para seleção de estagiários, que obriga a administração do Senado a realizar processo seletivo de provas.

Comunicação sem cortes estruturais

Benedito de Lira disse que constatou ser necessário assegurar a continuidade dos trabalhos da Secretaria de Comunicação Social, mediante a preservação de sua estrutura mínima de funcionamento. “Afim de contas, no contexto atual, em que a sociedade demanda cada vez mais informação e transparência no exercício da cidadania, como entender que o Senado resolve economizar efetuando cortes estruturais justamente na área de comunicação social?”

No âmbito da Secretaria-Geral de Administração, que sucederia a atual Direção-Geral, o senador destacou o Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica.

Campanha Natal Solidário arrecada alimentos

Os servidores da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) promovem, até amanhã, a campanha Natal Solidário, que arrecada alimentos para doação a entidades beneficentes do Distrito

Federal. Os donativos podem ser entregues nos pontos de coleta instalados na Seep (Via N2, Anexo C).

Organizada pelos próprios servidores, a campanha é realizada todos os anos, des-

de 1993. A cada edição, são coletadas em média cinco toneladas de alimentos não perecíveis integrantes da cesta básica. Em alguns anos, o total arrecadado chegou a dez toneladas.



Na campanha de 2008, funcionários da Seep foram a uma creche de São Sebastião entregar as doações

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Acordo com o Quênia

14h Na pauta da sessão deliberativa, projeto de decreto legislativo que aprova acordo com o Quênia sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes de pessoal diplomático.

CRA Obrigação de empresas de laticínios

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária examina projeto que obriga as empresas de beneficiamento e comércio de laticínios a informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 de cada mês. Também vota projeto que garante a concessão de seguro-desemprego, na entressafra, ao trabalhador rural que atua no cultivo da cana-de-açúcar.

CI Galeria de ex-presidentes da comissão

9h Cerimônia de colocação de retrato do governador de Goiás e ex-senador Marconi Perillo, na galeria de ex-presidentes da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

CCT Ministro fala sobre diretrizes da pasta

9h O ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, fala aos senadores da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre os trabalhos da pasta e as diretrizes para os próximos anos.

CAS Cobertura dos planos de saúde

9h A Comissão de Assuntos Sociais realiza audiência pública para instruir projeto que trata dos planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias. O diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, Maurício Ceschin, é um dos convidados para o debate.

CDH Classificação indicativa

9h Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa debate a vinculação horária da classificação indicativa e a proteção de crianças e adolescentes. Estão convidados representantes do Ministério da Justiça, da Unesco e da Abert, entre outros. Na pauta da comissão, projeto que prevê tratamento preferencial aos idosos, aos portadores de deficiência e às gestantes em eventos culturais, artísticos e esportivos.

CPI do Tráfico de Pessoas Anteprojeto de Código Penal

9h Reunião da CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas com a presença do ministro Gilson Langaro Dipp, presidente da comissão de juristas criada para elaborar anteprojeto de Código Penal, para entrega do documento.

CMO Orçamento e Plano Plurianual

9h A Comissão Mista de Orçamento reúne-se, no plenário 2 da Câmara, para examinar emendas ao Orçamento de 2012, relatórios setoriais do projeto orçamentário 2012 e relatório do projeto do Plano Plurianual 2012-2015.

Amazônia Financiamento do Basa

9h30 A Subcomissão Permanente da Amazônia realiza audiência pública para debater, entre outras questões, a liberação de recursos para financiamento dos créditos de fomento direcionados ao desenvolvimento da região Norte, com o presidente do Banco da Amazônia, Abidias José de Sousa Júnior.

CRE Sabatina de embaixador

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina a indicação de embaixador para a República da Costa do Marfim e acordos internacionais com o Gabão, a Eslovênia e a Guiana.

Congresso Créditos orçamentários

10h Sessão do Congresso para examinar créditos adicionais para vários ministérios. Em pauta, votação do Plano Plurianual 2012-2015.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Ana Rita destaca peso do cooperativismo no desenvolvimento

Ana Rita (PT-ES) ressaltou ontem a importância do cooperativismo para o desenvolvimento nacional. Ela lembrou que a ONU instituiu 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas.

— A declaração da ONU confirma a contribuição efetiva do movimento cooperativista mundial para a redução da pobreza, a partir da geração de trabalho e de renda. É o reconhecimento internacional do importante



Pedro Franco/Senado Federal

Segundo senadora, cooperativas respondem por cerca de 6% do PIB

papel que tem o setor para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Integrante da Frente Parlamentar pelo Cooperativismo, a senadora informou que o Brasil tem 6.652 cooperativas, correspondendo a 6% do PIB.

Marcelo Crivella aponta dinamismo da economia brasileira

Apesar do crescimento moderado, a economia brasileira apresenta maior dinamismo que a maioria dos países avançados, disse ontem, em pronunciamento, Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Segundo ele, o Brasil vem apresentando desenvolvimento significativo nos últimos anos graças aos investimentos em infraestrutura.

Em 2011, foram R\$ 160 bilhões, e em 2014 poderão ser R\$ 380 bilhões, sendo o setor de energia elétrica o



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Para senador, investimentos em infraestrutura merecem destaque

maior beneficiado, afirmou.

Na indústria, disse o senador, os maiores investimentos ocorrerão na área de petróleo e gás, que deverá receber R\$ 378 bilhões até 2014. Ele lembrou ainda que o PAC Energia, do governo, terá R\$ 461 bilhões.

Armando Monteiro apela por fim da "guerra dos portos"

Armando Monteiro (PTB-PE) fez apelo pelo fim da chamada guerra dos portos, guerra fiscal adotada por dez estados que concedem incentivos fiscais à importação de produtos industrializados. Caso os incentivos sejam mantidos, argumentou, o país corre o risco de enfrentar processo de "desindustrialização e de reprimarização" da economia.

Ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o senador apontou para



Pedro Franco/Senado Federal

Senador aponta que déficit comercial teve aumento explosivo

o "crescimento explosivo" do déficit comercial de manufaturados, que deverá fechar 2011 em US\$ 94 bilhões contra US\$ 71 bilhões em 2010, quando em 2006 era de somente US\$ 6 bilhões. Apenas com a China, esse déficit chega a US\$ 27,4 bilhões, alertou.

Rolleberg: DF terá R\$ 255 mi para investir

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) comemorou a decisão do Ministério da Integração Nacional e da direção da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) de destinar, em 2012, mais R\$ 61 milhões para o financiamento de comércio e serviços, pelo Distrito Federal, por meio do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO). Com isso, em vez de R\$ 194 milhões, o DF terá R\$ 255 milhões.

A medida corrige regras originais do FCO, pelas quais cada unidade federativa do Centro-Oeste tinha que destinar 80% de sua cota no fundo para investimento em agricultura e indústria, enquanto no DF predominam comércio e serviços.

Ana Amélia comemora recursos para nova ponte

Ana Amélia (PP-RS) comemorou em Plenário ontem anúncio feito pela presidente Dilma Rousseff, em Porto Alegre, de que a segunda ponte sobre o Rio Guaíba será construída a partir de 2014, com investimentos de R\$ 900 milhões. Ela disse que esse era um compromisso de campanha de Dilma quando candidata à Presidência em 2010.

A senadora informou que a obra, com duração prevista de cinco anos, facilitará a ligação entre o sul do estado e a região metropolitana, dando fim ao "nó viário" gerado pela atual ponte — ela tem o vão central suspenso quando passam navios, interrompendo o tráfego de automóveis.

Parecer do relator do Plano Plurianual será votado cedo pela Comissão Mista de Orçamento para, depois, ser apreciado pelo Plenário; em seguida, Congresso se debruçará sobre o Orçamento 2012

Senadores e deputados se reúnem hoje para votar PPA

OS SENADORES E os deputados se reunirão hoje, no final da manhã, para que o Plenário do Congresso Nacional vote o Plano Plurianual (PPA) do período 2012–2015.

O PPA é a peça orçamentária que define estratégias, diretrizes e metas do governo para os quatro anos seguintes.

Preveem-se gastos de R\$ 5,4 trilhões no período — 38% a mais do que as dotações do PPA 2008–2011. A maior parte

irá para programas sociais e projetos de infraestrutura.

O PPA 2012–2015 está contido em projeto de lei do Congresso (PLN 29/11) que tem Walter Pinheiro (PT-BA) como relator.

Antes de ser apreciado pelo Congresso, o relatório final do senador precisará ser aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), o que ocorrerá no início da manhã de hoje, disse o presidente

do colegiado, Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Também estão na pauta da CMO dez relatórios setoriais que integram o Orçamento da União para 2012 (PLN 28/11).

Após deliberar sobre os relatórios setoriais e o relatório do PPA, a CMO poderá votar o relatório final do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) sobre o Orçamento 2012, que então irá ao Plenário do Congresso.

Relator pede ao TCU que fiscalize seguro de pescador

O pagamento do seguro ao qual os pescadores artesanais têm direito na época de proibição da pesca tem indícios de fraudes. A suspeita foi levantada pelo deputado Efraim Filho (DEM-PB) no relatório setorial (da proposta orçamentária para 2012) referente à área de Trabalho, Previdência e Assistência Social, lido ontem na CMO.

O governo estima gastos de R\$ 1,61 bilhão em 2012 com o seguro — aumento de 27,7% ante o autorizado para 2011.

— Mas o crescimento poderá ser ainda maior, uma vez que a revisão de parâmetros encaminhada recentemente pelo governo indica dispendio de R\$ 2,21 bilhões para 2012, uma variação de 75%. Há indícios de irregularidades que precisam ser verificados. Até a imprensa já noticiou o pagamento a falsos pescadores — disse.

O relatório de Efraim pede ao Tribunal de Contas da União auditoria nos procedimentos de concessão e pagamento do seguro.

O seguro-defeso, de um salário mínimo, é pago pelo Ministério do Trabalho na época de reprodução de certas espécies, quando pescadores não podem trabalhar.



Márcio Kolumbe/Senado Federal

Vital (D), ao lado de Efraim Filho, quer dar início à votação dos dez relatórios

Análise de relatórios setoriais na CMO também deve ser hoje

Estão previstas para hoje a votação dos dez relatórios setoriais da peça orçamentária de 2012 (PLN 28/11) e do relatório final do Plano Plurianual (PPA) 2012–2015, segundo o presidente da Comissão Mista de Orçamento, Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Ontem, os parlamentares da CMO debateram os dois últimos relatórios setoriais: o da área de Justiça e Defesa, do deputado Dilceu Sperafico (PP-PR); e o de Trabalho, Previdência e Assistência Social, do deputado Efraim Filho (DEM-PB).

Sperafico salientou que as ações do Programa Calha Norte receberam grande número de emendas individuais (143) na área de Defesa, "o que mostra a preocupação dos parlamentares com o programa,

que pretende desenvolver e defender a faixa de fronteira setentrional do Brasil". Efraim Filho voltou a destacar a necessidade de reajuste para aposentados que ganham acima de um salário mínimo.

Vital do Rêgo tentou votar o relatório do Comitê de Avaliação de Obras e Serviços com Irregularidades (COI), mas não houve acordo. Governistas e oposição não se entenderam sobretudo em relação às obras da Petrobras de construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife.

A divergência se deu porque o Tribunal de Contas da União havia apontado inicialmente subpreço de cerca de R\$ 1,4 bilhão, mas voltou atrás diante do questionamento da empresa sobre a metodologia usada pelo tribunal.

CAS discutirá regras para distribuição do FGTS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizará audiência pública sobre projeto (PLS 580/11) que estabelece critério de distribuição do resultado do exercício financeiro do FGTS para as contas vinculadas dos trabalhadores. A sugestão foi de Marta Suplicy (PT-SP), Ana Amélia (PP-RS) e Rodrigo Rolleberg (PSB-DF).

Marta é a autora do projeto, que está sendo relatado por

Rolleberg. Ontem, ela sugeriu que a audiência também trate da suposta intenção do governo de distribuir até 50% dos lucros do FGTS aos trabalhadores, tema de debate proposto por Ana Amélia.

O projeto de Marta prevê a distribuição, às contas vinculadas, de percentual do resultado positivo do exercício que exceder a 1% do patrimônio líquido do FGTS do exercício

anterior ao da apuração do resultado. O percentual a ser transferido não poderá ser inferior a 50% do valor apurado para distribuição, que deverá ser proporcional ao saldo de cada conta no final do exercício relativo ao resultado.

Marta destaca que o FGTS, em 2008, por exemplo, apurou lucro próximo a R\$ 5 bilhões, mas "nenhum centavo" foi distribuído às contas vinculadas.

Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, divulgou ontem, no Senado, relatório nacional que será apresentado à ONU em 2012

Diminuir a pobreza é atender os direitos humanos, diz ministra

A MELHOR POLÍTICA de direitos humanos tem como base a diminuição da pobreza, das desigualdades e da discriminação entre pessoas, regiões e gêneros. A ideia faz parte da minuta do relatório nacional para o mecanismo de Revisão Periódica Universal, do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, apresentado ontem no Senado pela ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos Humanos.

Em audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH), a ministra destacou que, nos últimos oito anos, o

país retirou 28 milhões de pessoas da pobreza e incluiu outros 36 milhões na classe média. Ela listou uma série de ações que atendem obrigações internacionais, como o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. Citou a criação da Comissão da Verdade e a aprovação da lei de acesso à informação.

A minuta do relatório nacional é versão preliminar do documento que o Brasil apresentará à ONU em 2012. Está disponível para consulta pública até o dia 20. A audiência da CDH lembrou o Dia Internacional dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro.



Observada por Paim, presidente da CDH, ministra Maria do Rosário dá exemplos de ações do governo sobre direitos humanos

Representantes da sociedade civil cobram diagnóstico mais profundo

Especialistas convidados para a audiência pública de ontem na CDH elogiaram o protagonismo do Brasil no tema direitos humanos, mas cobraram maior profundidade do relatório nacional para o mecanismo de Revisão Periódica Universal.

Daniella Hiche, do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, ressaltou que o documento peca por apenas listar ações do governo

e não apresentar diagnóstico da situação no país. Ela também pediu a inclusão de dados mais concretos sobre o setor.

Luís Gustavo Magnata, do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), elogiou a iniciativa do governo de abrir o documento para consulta pública, mas pediu a criação de mais instâncias de diálogo entre os diversos setores da sociedade.



Na CCT, Walter Pinheiro, Ângela Portela e Sérgio Souza acompanham votação sobre Amazônia

CCT acata uso de satélite na proteção e comunicação da região amazônica

Projeto que autoriza o governo a desenvolver, lançar e operar satélite, com fins civis e militares, para disseminar serviços de comunicação e proteção da Amazônia, foi aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

A proposta (PLS 500/11) autoriza o Brasil a firmar tratado com países que desejarem compartilhar essa capacidade, dividindo os respectivos custos.

O projeto de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ainda vai ao exame das comissões de Relações Exteriores (CRE) e, terminativamente, de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), considera a proposta “a mais viável para a região, visto que ali, tecnologias terrestres como fibra ótica são economicamente desaconselháveis”.



Mesquita, Eunício, Rollemberg e Braga no lançamento da 9ª edição da revista *Em discussão!*

Senadores afirmam que revista é documento histórico sobre debates

O nono número da revista *Em discussão!*, que trata do projeto do novo Código Florestal aprovado pelo Senado em 6 de dezembro, foi lançado ontem pelas comissões de Meio Ambiente (CMA), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência e Tecnologia (CCT).

Os senadores Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Eduardo Braga (PMDB-AM) ressaltaram o esforço da Casa para chegar a um texto que conciliasse o setor produtivo e a preservação ambiental.

Produzida pelo *Jornal do Senado*, *Em discussão!* é um projeto da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs). O diretor da Secs, Fernando Cesar Mesquita, disse que a revista “presta um grande serviço ao país, ao dar, em linguagem jornalística, a oportunidade

de se conhecerem os debates.”

Segundo Rollemberg, presidente da CMA, a revista, no futuro, servirá de documento histórico e vai demonstrar o cuidado das comissões do Senado — que realizaram as audiências conjuntamente, “superando a falsa dicotomia” entre agricultura e meio ambiente — em ouvir toda a sociedade.”

Na avaliação de Braga, presidente da CCT, o atual número de *Em discussão!* é “o legado escrito da história de como o Senado, de forma democrática, conseguiu distensionar o debate de um tema tão complexo como o Código Florestal”.

— Conseguimos equilibrar o texto e retratar isso num consenso — disse.

Já para Eunício, presidente da CCJ, a revista traz a demonstração do equilíbrio dado pela Casa a uma matéria polêmica. “Conseguimos que todos fossem ouvidos” nos debates, afirmou.

Código Florestal: Rollemberg elogia cobertura de veículos do Senado

Em pronunciamento no Plenário, Rodrigo Rollemberg exaltou o “trabalho cuidadoso e sério” realizado por toda a equipe de Comunicação do Senado no acompanhamento do debate do projeto do novo Código Florestal e assinalou que a nona edição da revista *Em discussão!*, produzida pelo *Jornal do Senado*, “reflete a diversidade de pontos de vista antagônicos nas discussões que envolveram parlamentares, cientistas, organizações não governamentais e setor produtivo”.

— O Senado cumpriu muito bem o seu papel de Casa revisora ao — num clima de entendimento, de diálogo, no qual pudemos aprofundar o debate — produzir um texto, como diz a revista, equilibrando os interesses dos

produtores rurais e os da preservação ambiental no nosso país — afirmou.

Exaltando a dedicação dos jornalistas da Casa em torno de um tema “espinhoso” e “complexo” como o Código Florestal, Rollemberg destacou em especial o empenho da jornalista Lara Altafin, da Agência Senado, na cobertura da questão. O trabalho da agência sobre o tema encontra-se no *hotsite* www12.senado.gov.br/codigoflorestal

Em apartes, Ana Amélia (PP-RS) disse que *Em discussão!* é um exemplo de bom jornalismo, e Eduardo Braga (PMDB-AM) afirmou que a revista é um registro histórico “para a construção de um futuro inteligente no país”. As nove edições da revista estão disponíveis em www.senado.gov.br/emdiscussao.

Para Braga, minérios do AM têm importância econômica e tecnológica

Eduardo Braga (PMDB-AM) falou, em pronunciamento, sobre os recursos minerais do Amazonas. Segundo ele, o tema havia ganhado destaque no fim de semana passado nos meios de comunicação do estado.

— O grande desafio desta e das futuras gerações é explorar os enormes recursos minerais do Amazonas e, ao mesmo tempo, preservar a floresta.

As reportagens citadas por Braga foram baseadas no relatório sobre geologia e recursos minerais do Amazonas,

elaborado a partir de mapa geológico produzido a seu pedido, em 2006, quando era governador do estado.

No pronunciamento, o senador falou da “enorme riqueza” do subsolo amazonense e citou a existência de “minérios de alta relevância econômica e tecnológica”, como a cassiterita, o nióbio, a bauxita, o urânio, o caulim, o ouro e o ferro. As reservas de ouro, por exemplo, somam 25,3 milhões de toneladas. A preços de 2008, segundo Braga, valeriam US\$ 1,4 trilhão.

Comissão de Mudanças Climáticas aponta resultado positivo da COP-17

O vice-presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), deputado federal Alfredo Sirkis (PV-RJ), classificou como positivo o resultado da 17ª Conferência da ONU sobre o Clima (COP-17), realizada este mês, na cidade de Durban, África do Sul. A avaliação foi feita ontem durante reunião da CMMC.

Após duas semanas, a COP-17 aprovou roteiro para elaborar, até 2015, marco legal para a ação contra a mudança climática. Também prorrogou o Protocolo de Kyoto, que vencia em 2012, e determinou o início das atividades do Fundo Verde para o Clima, que deve ajudar os países em desenvolvimento a enfrentar o aquecimento.

— Todos devem reduzir a emissão de poluentes e isso deve se dar por

força de norma legal internacional — afirmou o deputado, que participou da COP-17 e de outras três conferências mundiais sobre o clima.

Sirkis explicou que, até 2015, terá de ser negociado acordo que determina que todos os países sejam obrigados a reduzir a emissão de poluentes, incluindo China, Estados Unidos, Índia e Brasil. O deputado destacou que 70% das emissões poluentes são dos países desenvolvidos.

Ele lamentou que outras propostas não tenham avançado tanto, caso do Fundo Verde, e enfatizou que os problemas climáticos podem ser piores para o mundo do que uma possível guerra.

Também participaram da COP-17 a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e o deputado Márcio Macêdo (PT-SE), relator da CMMC.



Senador Sérgio Souza (C) comanda reunião da CMMC, entre os deputados Macêdo e Sirkis (D)

Brasil teve papel decisivo em acordo que valorizará Rio+20, diz Souza

Sérgio Souza (PMDB-PR), presidente da comissão, disse que a COP-17 registrou um avanço, “já que o acordo para a redução de emissão de poluentes pode representar mais compromisso de países como os Estados Unidos e a China”.

Ele destacou que o Brasil teve papel decisivo para o texto final do documento e elogiou o trabalho da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. “Espero que o Brasil continue a exercer a liderança nesse assunto”, disse. Lamentou, porém, que países como Canadá, Japão, Rússia e Estados Unidos estejam fora da segunda etapa do Protocolo de Kyoto.

Para Sérgio Souza, o resultado da COP-17 valorizará a Rio+20, que

vai ocorrer no Rio de Janeiro de 4 a 6 de junho de 2012, marcando o 20º aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Unced), conhecida como Rio-92 ou Eco-92.

Vanessa Grazziotin disse que o Brasil deve fazer da Rio+20 evento de grande mobilização mundial em torno das questões ecológicas. Segundo a senadora, a partir da Rio-92, passou a haver compromisso maior com o meio ambiente.

O deputado Márcio Macêdo destacou o PLS 212/11, de Eduardo Braga (PMDB-AM), que trata da redução de emissões por desmatamento e degradação e incentiva o manejo sustentável das florestas.

Comissão acolhe relatório final de atividades, com destaque para audiências públicas

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas aprovou o relatório final de atividades elaborado pelo relator, deputado Márcio Macedo. O documento destaca a realização de audiências públicas e inclui um capítulo sobre a conferência do clima recém-encerrada na África do Sul (COP-17).

O senador Sérgio Souza, presidente da comissão, assinalou que, em três meses, o colegiado realizou 17 audiências.

— Foi a São Paulo, ao Nordeste e até à África — disse ele, destacando a participação da comissão na COP-17.

O colegiado volta a se reunir em março de 2012, quando será eleito novo presidente, dessa vez um deputado. O relator deverá ser um senador.

Sérgio Souza comentou ainda a aprovação do novo Código Florestal pelo Senado.

— Penso que atingimos o equilíbrio tão almejado. Não houve vencedores nem perdedores.



Entre os senadores Ana Rita e José Pimentel, deputada Rose de Freitas preside sessão do Congresso

Congresso aprova R\$ 430 milhões para preparação da Rio+20

Além do evento que será realizado em 2012 no Rio de Janeiro, inúmeros programas dos três Poderes foram contemplados com reforço no Orçamento vigente

A PREPARAÇÃO DA Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável — a Rio+20 —, que será realizada em 2012 no Rio de Janeiro, terá reforço orçamentário de R\$ 430 milhões. Projeto (PLN 50/11) aprovado ontem pelo Congresso abre crédito suplementar para a realização do evento. Deputados e senadores aprovaram seis projetos totalizando créditos extraordinários que ultrapassam R\$ 1,2 bilhão. Hoje, eles voltam a se reunir para votar o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 (PLN 29/11).

Ontem, também foram aprovados R\$ 135,5 milhões para o Ministério da Defesa (PLN 38/11), para reforçar os comandos do Exército que atuam nos complexos do Alemão e da Penha, no Rio de Janeiro. Em conjunto com o Ministério da Justiça, a pasta da Defesa receberá ainda R\$ 380,9 milhões, conforme o PLN 40/11. Os recursos serão aplicados, por exemplo, na con-

tinuidade de ações de patrulhamento ostensivo nas rodovias federais.

Outro projeto (PLN 27/11) aprovado autoriza crédito de R\$ 73,6 milhões para implantação de parque científico e tecnológico e de *campus* avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora na cidade de Governador Valadares (MG). O PLN 36/11, por sua vez, abre crédito de R\$ 76,5 milhões em favor do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, da Justiça Federal, dos ministérios da Previdência Social e da Defesa, do Ministério Público da União e para transferências a estados, Distrito Federal e municípios, em reforço a dotações do Orçamento em vigor.

Já o PLN 50/11 abre crédito especial de R\$ 116,2 milhões em favor das justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, do Ministério Público da União e do Ministério das Relações Exteriores, para aquisição, reforma e construção de imóveis.

Petecão pede que Dilma “devolva fuso horário do Acre”

Sérgio Petecão (PSD-AC) pediu para a presidente da República, Dilma Rousseff, “devolver o fuso horário do povo do Acre”, por meio da sanção do projeto de lei que restabelece o fuso horário tradicional do estado (PLS 91/11).

— Queria aproveitar essa oportunidade, no dia do aniversário da nossa presidente Dilma Rousseff [14 de dezembro], para pedir que ela sancione esse projeto, que já está na Casa Civil.

O fuso do Acre, desde 2008, é de uma hora a menos em relação a Brasília. Tradicionalmente, no entanto, a diferença é de duas horas (três, no horário de verão).

Fuso horário defendido por Petecão foi aprovado em referendo no Acre, em 2010



Pedro França/Senado Federal

Sarney acompanha início de obras de hidrelétrica no Amapá

O presidente do Senado, José Sarney, visitou ontem o município de Laranjal do Jari, região sul do Amapá, para participar do lançamento oficial da construção da Hidrelétrica de Santo Antônio. A obra, que está entre as do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), será instalada no rio Jari, na divisa entre o Amapá e o Pará. A previsão é de que as obras sejam concluídas até dezembro de 2014.

Depois de pronta, a hidrelétrica terá capacidade para gerar 373,4 megawatts (MW) de energia elétrica, suficiente para abastecer cidade com cerca de 3 milhões de habitantes — seis vezes a população de Macapá, capital do estado.

Em entrevista ao jornal *Diário do Amapá*, Sarney afirmou que a construção da hidrelétrica é uma de suas maiores bandeiras desde que passou a ser representante do estado no Congresso.

Senadores votaram ofícios do Supremo Tribunal Federal declarando inconstitucionalidade de uma série de dispositivos legais



Demóstenes quer evitar que grandes traficantes possam se beneficiar

Senado confirma decisão do STF sobre pena mais leve para tráfico

CONDENADOS POR TRÁFICO de drogas que tenham bons antecedentes, sejam primários e não integrem organização criminosa poderão ser beneficiados com a substituição da prisão por pena restritiva de direitos. Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) foi reconhecida pelo Senado ontem, quando a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) votou sete ofícios encaminhados pelo STF.

Ao defender o acolhimento da medida, o relator, Demóstenes Torres (DEM-GO), admitiu ter “modulado” a decisão do STF para evitar que grandes

traficantes pudessem se beneficiar. A iniciativa foi elogiada por Pedro Taques (PDT-MT).

Serão objeto de projeto de resolução, entre outras, decisões do STF sobre a inconstitucionalidade de trecho da Lei Orgânica de Betim (MG), que exigia autorização prévia da câmara municipal para o prefeito e o vice se ausentarem; sobre alteração em lei estadual que instituiu contribuição para a Associação Mato-Grossense de Defensores Públicos; e sobre artigo do regimento do Tribunal Superior do Trabalho que criou o instituto da reclamação no processo trabalhista.

Projeto sobre cadastro de inadimplentes causa polêmica

Houve divergências ontem na Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto de Armando Monteiro (PTB-PE) de livrar de responsabilidade solidária quem consultar cadastro de inadimplentes. Marta Suplicy (PT-SP) e Pedro Taques (PDT-MT) criticaram a ideia do PLS 331/11, mas Francisco Dornelles (PP-RJ) e Demóstenes Torres (DEM-GO) apoiaram a proposta. O relator, Gim Argello (PTB-DF), apresentou parecer favorável.

CPI mista investigará omissão em casos de violência contra mulher

Foi instituída ontem CPI com 11 senadores e 11 deputados que terão 180 dias para apurar denúncias de omissão do poder público na aplicação das leis de proteção das mulheres. A comissão é uma iniciativa das senadoras Ana Rita (PT-ES), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Lídice da Mata (PSB-BA) e Marta Suplicy (PT-SP) e das deputadas Janete Rocha Pietá (PT-SP), Celia Rocha (PTB-AL), Jô Moraes (PCdoB-MG) e Elcione Barbalho (PMDB-PA).

A Privatária Tucana tem dados contundentes, diz líder do PT

O líder do PT, Humberto Costa (PE), disse que aguarda oportunidade para debater as denúncias publicadas no livro *A Privatária Tucana* com parlamentares do PSDB. O livro do repórter Amaury Ribeiro Júnior, lançado na semana passada, trata do processo de privatização de empresas estatais durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O livro, segundo Humberto,

já está esgotado, e traz 112 páginas de documentos oficiais, “a maioria inédita, obtidos de forma legal pelo autor”.

— Os documentos são contundentes e falam por si sós. Mostram como alguns dos mais proeminentes líderes do PSDB e pessoas próximas ao ex-governador paulista José Serra conseguiram mandar para fora do país e trazer para o Brasil dinheiro supostamente proveniente de propinas.



Pedro França/Senado Federal

“Documentos reproduzidos em livro falam por si sós”, afirma Humberto

Bilhões de dólares — afirmou.

O senador disse esperar providências dos procuradores da República. Para ele, “é chegada a hora de discutir a fundo uma legislação mais eficaz contra a lavagem de dinheiro”.

Aloysio defende PSDB e acusa adversários de falsificação

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) acusou o PT de espionagem e disse que a produção de documentos falsos “tem sido acionada com muita frequência pelo partido”.

O senador rebateu denúncias da revista *Carta Capital* sobre denúncias de corrupção nas privatizações realizadas no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002). Ele ainda disse estranhar que

os petistas, “useiros e vezeiros em espionar a vida dos outros por meios ilegais, não tenham conseguido, em nove anos no poder, investigar eventuais irregularidades na venda das empresas”.

— Pelo contrário, tornaram-se grandes amigos dos empresários que atuam nos ramos entregues à iniciativa privada — afirmou.

Sobre o pronunciamento de Humberto Costa a respeito



Pedro França/Senado Federal

Aloysio: “Quem difundiu calúnias contra José Serra irá pagar caro”

do livro *A Privatária Tucana*, Aloysio Nunes disse que “a publicação será objeto de escrutínio cuidadoso. E aqueles que difundiram calúnia contra o ex-governador José Serra [SP] irão pagar um preço alto”.

Requião apoia investigação de denúncias sobre governos

Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que está à disposição de todos os partidos representados no Senado para assinar pedidos de criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI). Ele disse apoiar investigações sobre possíveis irregularidades cometidas no governo federal, atuais ou passadas, e lembrou que

a fiscalização do Executivo é obrigação do Parlamento.

— Quero me colocar à disposição dos parlamentares e dos partidos que atuam no Senado para subscrever CPIs que digam respeito ao livro do Amaury Ribeiro, *A Privatária Tucana*. E quero também me colocar à disposição dos membros da oposição para



Pedro França/Senado Federal

Senador lembra que é obrigação do Parlamento fiscalizar o Executivo

subscrever, se assim entenderem, uma CPI sobre a consultoria do ministro [Fernando] Pimentel.

Mozarildo: tribunal volta a cassar Anchieta Júnior

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou a cassação pelo TRE de Roraima do governador do estado, José de Anchieta Júnior, por supostas irregularidades nas eleições de 2010. Até fevereiro, deverão ser julgados outros quatro processos contra o governador, que já teve o mandato cassado, mas se manteve no cargo graças a recursos. Também cabe recurso quanto à última decisão.

Pedro França/Senado Federal



Marinor critica possível volta de Jader Barbalho

Marinor Brito (PSOL-PA) lamentou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que pode fazê-la perder a vaga no Senado para Jader Barbalho (PMDB-PA) e disse que vai recorrer até a última instância. Ela criticou o presidente do STF, Cezar Peluso, por ter desempatado julgamento “quase na calada da noite”. Jader foi o mais votado em 2010, mas foi barrado pela Lei da Ficha Limpa.

Pedro França/Senado Federal



Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin
Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Anibal Diniz • Cristovam Buarque • Roberto Requião • Waldemir Moka • Marta Suplicy • José Sarney • Casildo Maldaner • Jayme Campos

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Sítio: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burl e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep



Relator da proposta, Randolfe incluiu no texto emenda sobre a meia-entrada

Adiada votação de projeto sobre Estatuto da Juventude

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) reformulou seu parecer favorável ao projeto de lei da Câmara (PLC 98/11) que institui o Estatuto da Juventude. Ele acolheu, inclusive, emendas de senadores, mas não houve consenso ontem para votação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Se não houver entendimento até quarta-feira, quando a proposta volta à pauta de votações, Demóstenes Torres (DEM-GO) deverá apresentar voto em separado.

Randolfe resistiu em introduzir mudanças no texto

aprovado pela Câmara para não atrasar mais a sanção do projeto. Entretanto, teve de negociar com entidades estudantis e classe artística sobre as condições de concessão de meia-entrada. A ideia é garantir o benefício aos estudantes e minimizar o prejuízo ao setor cultural.

Desentendimentos entre a Polícia do Senado e estudantes mobilizaram senadores. Roberto Requião (PMDB-PR) atribuiu a policiais a responsabilidade por incidentes na entrada dos estudantes. Segundo Inácio Arruda (PCdoB-CE), até *spray* de pimenta foi usado.

Aprovadas 56 concessões de radiodifusão

Na última reunião do ano, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou 56 projetos que autorizam e renovam serviços de radiodifusão em diversos estados: Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Maranhão, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal.

Eduardo Braga (PMDB-AM), presidente da CCT, disse que as proposições votadas ontem não entraram no balanço de 2011. Neste ano, a comissão analisou 284 proposições e realizou 28 reuniões deliberativas e 29 audiências públicas.

Regulamentação dos comerciários vai à Câmara

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) que regulamenta a profissão de comerciário, categoria que envolve cerca de 7,3 milhões de trabalhadores no país.

O texto foi oferecido como alternativa a projeto (PLS 115/07) de Paulo Paim (PT-RS) e resultou de entendimentos com o autor, representantes patronais e dos trabalhadores.

A proposta segue para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para que passe pelo Plenário. De acordo com o texto, o horário normal de trabalho dos comerciários será de oito horas diárias e 44 semanais.

Professores inovadores recebem homenagem

Vencedores de prêmio concedido pela Microsoft a educadores inovadores foram homenageados em sessão especial da Comissão de Educação sugerida pelo senador Cristovam Buarque

OS VENCEDORES DO Prêmio Microsoft Educadores Inovadores 2011 foram homenageados pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Para o autor da iniciativa, Cristovam Buarque (PDT-DF), é necessário inovar o modo de ensinar.

— Tudo já mudou, mas a escola continua a mesma — assinalou. Apesar de valorizar o uso das novas tecnologias na educação, Cristovam ressaltou que criatividade, ousadia e comprometimento de professores, alunos e pais resultam

em melhor educação e em uma sociedade mais pacífica.

A violência nas escolas, segundo ele, deve-se à conexão do comportamento violento da sociedade com o dos estudantes, bem como à desconexão da realidade tecnológica em que vivem com a que têm disponível na escola.

Para Walter Pinheiro (PT-BA), a inovação tecnológica deve ser utilizada para “mexer com conteúdos imateriais”.

Mesmo com as dificuldades que enfrentam, os professores, especialmente os de

escolas públicas, são “verdadeiros missionários”, disse Lídice da Mata (PSB-BA).

O diretor de Educação da Microsoft Brasil, Emilio Munaro, também destacou a importância dos professores e da educação como instrumento de transformação social.

O vice-presidente da CE, Paulo Bauer (PSDB-SC), sugeriu que as empresas brasileiras sigam o exemplo da Microsoft. Ana Amélia (PP-RS) acredita que as novas tecnologias podem ser melhorar a qualidade da educação.



Senadores e professores na Comissão de Educação. À frente, vencedores do Prêmio Microsoft Educadores Inovadores 2011

Para Lídice, inovação é fundamental para a escola pública



Lídice da Mata, senadora, falando em uma sessão.

Lídice da Mata (PSB-BA) falou ao Plenário sobre a importância do prêmio da Microsoft destinado aos melhores projetos educacionais utilizando tecnologias de comunicação e colaboração.

Entre os oito premiados, apontou, sete atuam em escolas públicas:

— A inovação e a tecnologia são indispensáveis para que possamos colocar a juventude brasileira na condição de dar este salto necessário à mobilização das nossas forças produtivas e à incorporação da mão de obra do nosso país no momento em que precisa — disse a senadora.

Projetos premiados abordam temas como bullying e cyberbullying

Dois dos projetos premiados trataram de preparar os estudantes para o uso adequado das novas tecnologias. Vencedora do Prêmio Microsoft na categoria Inovação em Comunidades, a professora de Manaus Lúcia Regina Silva dos Santos, em seu projeto sobre *cyberbullying*, mostrou que na internet nada é anônimo.

— Os jovens acham que é só deletar e está resolvido. Mostramos que isso não é possível — disse.

A vencedora do Prêmio Especial Educador Inovador 2011, Vera Beatriz Hoff Pagnussatti, de Marechal Cândido Rondon (PR), afirmou que as mídias ajudam os professores no desempenho de seu papel. Seu projeto, desenvolvido em parceria com um jornal local, trabalhou temas como sexualidade precoce, cidadania, violência, *bullying* e *cyberbullying*.

Cristovam pede a Dilma ganho real para professores

Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu à presidente da República, Dilma Rousseff, que não cometa o erro de mudar o cálculo do reajuste do piso salarial dos professores. A concessão de aumentos reais foi negociada com o governo e já foi aprovada pelo Senado e por três comissões da Câmara.

— A presidente Dilma não pode ficar como a presidente que reduziu o piso salarial para o professor — afirmou, questionando qual a razão de não dar aos professores aumentos reais, como foram dados aos senadores, deputados e outras categorias profissionais.

Universidade de Vila Velha obtém credenciamento



Ricardo Ferraço, senador, falando em uma sessão.

Ao saudar o credenciamento da Universidade Vila Velha, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) destacou o esforço do professor Aly da Silva, fundador da instituição, que passa de centro universitário a primeira

universidade privada do Espírito Santo.

— É a mais nova universidade brasileira, credenciada por unanimidade dos votos do Conselho de Educação, e isso atesta a excelência — disse. Segundo Ferraço, a universidade investiu em infraestrutura e recursos humanos, implantando quatro centros tecnológicos.

Ângela comemora lançamento do Ciência sem Fronteiras



Ângela Portela, senadora, falando em uma sessão.

Ângela Portela (PT-RR) comemorou, ontem, em Plenário, o lançamento pelo governo do programa Ciência sem Fronteiras, que oferecerá 100 mil bolsas para cursos de graduação em

instituições internacionais.

Para a senadora, qualquer nação que pretenda crescer e se tornar mais justa deve valorizar os seus jovens. Os primeiros editais do programa foram lançados esta semana. Em janeiro, 1.500 bolsistas já seguirão para os Estados Unidos.

Inácio Arruda homenageia Niemeyer pelos 104 anos



Inácio Arruda, senador, falando em uma sessão.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) parabenizou o arquiteto Oscar Niemeyer, que completa 104 anos hoje. O senador registrou a importância do arquiteto para o país e para a causa socialista.

— Quero fazer uma homenagem breve ao grande companheiro de todas as batalhas neste país, que amanhã [hoje] alcançará uma marca tão significativa de uma vida dedicada ao conhecimento, especialmente na área de arquitetura, mas, sobretudo, dedicada à causa de seu povo.

Comissão aprova o fim de propaganda de bebida alcoólica e senador lembra que o Brasil registrou queda no número de fumantes depois que publicidade de cigarros deixou de ser permitida

Relatório proíbe comercial de bebidas alcoólicas

A PROIBIÇÃO DA propaganda de bebidas alcoólicas está sendo recomendada no relatório final da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros. O texto foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O veto à propaganda foi a principal mudança no relatório, por sugestão de Wellington Dias (PT-PI), que presidiu a subcomissão. A relatora, Ana Amélia (PP-RS), aceitou, mas disse que duvidava da eficácia da proibição.

— Prefiro que haja uma atitude educativa. Hoje é proibida a venda de bebidas e cigarros para menores, e eu pergunto: quem respeita essa lei? — disse a senadora.

Ana Amélia também fez ressalvas à ideia de impor taxa de 1% sobre a venda de bebidas e tabaco e assim gerar recursos para medidas de prevenção às drogas. Segundo ela, o ideal é separar parte dos tributos que

já incidem sobre esses produtos para a finalidade prevista. Mas concluiu que, no papel de relatora, sua função era apresentar texto que refletisse o pensamento da maioria dos membros da subcomissão.

Problema grave

Wellington Dias argumentou que a Organização Mundial da Saúde classifica o álcool como o mais grave problema relacionado a drogas. Ele disse que, com base nesse conceito, vários países já proibiram a

publicidade de bebidas. O senador lembrou também que, após a proibição da propaganda de cigarros, houve queda acentuada do número de fumantes no país.

Outra sugestão do relatório é a criação de subcomissão mista do Congresso para acelerar e até propor projetos de lei sobre o tema, caso se considere que ainda há lacunas na legislação. A subcomissão seria formada por integrantes das comissões de Constituição e Justiça das duas Casas.



Ana Amélia, relatora, ressalva que prefere ações educativas a proibição

Suplicy parabeniza o trabalho da subcomissão

Eduardo Suplicy (PT-SP) parabenizou Wellington Dias e Ana Amélia pelo trabalho da subcomissão. O senador também cumprimentou o governo pela implementação do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, que dá ênfase a ações educativas e de prevenção. Ele informou que encaminhou aos dois senadores e aos

ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Saúde, Alexandre Padilha, mensagens do ator Licurgo Espínola, que faz trabalho de conscientização de jovens sobre os males da utilização de drogas.



Pedro França/Senado Federal

Anibal Diniz elogia plano conta o crack

Anibal Diniz (PT-AC) também elogiou o governo pela criação do plano contra o crack. Ele citou pesquisa da Confederação Nacional de Municípios segundo a qual 98,4% dos 4.400 municípios pesquisados enfrentam problemas com drogas. O crack vem substituindo o álcool, especialmente nos municípios de pequeno porte. Já são mais de 1,2 milhão de dependentes químicos no Brasil, disse o senador. Anibal ressaltou que o objetivo do plano é cuidar das pessoas que precisam de tratamento, sem deixar de lado a repressão ao tráfico.



Pedro França/Senado Federal

Aprovado texto sobre remédio controlado

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem o projeto que regulamenta na forma de lei a retenção da receita de remédios controlados. Hoje, as regras são definidas por regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O projeto, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), foi aprovado com mudanças sugeridas pelo relator, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Ele manteve a exigência da retenção da receita, mas deixou a critério do órgão sanitário competente a

adoção de regulamento sobre aspectos específicos, como as substâncias sujeitas a controle especial e as condições para a venda e entrega do remédio ao paciente.

A proposta agora vai para a Câmara dos Deputados.

Comissão votou 127 projetos em 2011

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisou 127 projetos desde fevereiro, segundo balanço apresentado pelo presidente da comissão, Jaime Campos (DEM-MT).

Entre as propostas aprovadas, a que trata da atualização

da multa aplicada ao empregador que não conceder repouso semanal remunerado ao empregado e a que institui o adicional de insalubridade a mototaxistas.

A CAS fez 17 audiências públicas. Falaram à comissão

os ministros Alexandre Padilha (Saúde), Garibaldi Alves Filho (Previdência) e Tereza Campello (Desenvolvimento Social). Elogiaram os resultados da CAS Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ana Amélia (PP-RS) e Paulo Paim (PT-RS).



Jorge Viana e Casildo Maldaner discutem o Sistema Nacional de Defesa Civil

Comissão pede "tropa de elite" para atuar em desastres naturais

Um Sistema Nacional de Defesa Civil com mais verbas, funcionários qualificados e foco na prevenção é a proposta final da Comissão Temporária de Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil, aprovada ontem.

O relatório da comissão, feito por Casildo Maldaner (PMDB-SC), contém um projeto de lei, que tramitará no Senado, e recomendações à União, estados e municípios.

O projeto prevê a definição clara das atribuições da Defesa Civil em cada esfera do poder público, a criação de um sistema de informações integrado e a criação da carreira de agente civil. O texto permite que o dinheiro do Fundo Especial para Calamidades Públicas seja direcionado não só à reconstrução, mas também à prevenção.

Outro ponto do projeto é a criminalização de quem autorizar ou estimular a ocupação de áreas de risco.

O objetivo é evitar a expansão desordenada das cidades, uma das causas de tragédias.

Uma novidade foi a exigência de que se mantenha, nas cidades, um mínimo de 20 m² de área verde por habitante — para reduzir a impermeabilização do solo e a intensidade das inundações.

Entre as recomendações aos governantes, estão a criação de grupo de elite para atuação em todo o país (a Força Nacional de Defesa Civil), a realização de simulações de desastres naturais como forma de treinar moradores e a liberação do FGTS para as vítimas de calamidades.

Maldaner explicou que a comissão ouviu governos, acadêmicos, o setor privado, institutos de pesquisa e membros engajados da sociedade.

— O relatório é um forte incentivo para que haja mudança de atitude dos gestores — disse o presidente da comissão, Jorge Viana (PT-AC).

Não houve avanço no financiamento da saúde, diz Davim

Não haverá mudança substancial no financiamento da saúde com a regulamentação da Emenda 29, já que o setor continuará sem contar nem mesmo com os 9,6% que a ele eram destinados pela União em 1995, avaliou Paulo Davim (PV-RN). O ideal seria a aprovação do projeto do então senador Tião Viana, que destinava 10% da receita bruta da União ao financiamento da saúde. Hoje, o percentual é de 7,1%.

— Não chegou dinheiro novo para financiar a saúde. Para Davim, a novidade é a definição de gasto em saúde, impedindo que os estados incluam na rubrica despesas com merenda escolar.

Jorge Viana alerta para situação de refugiados haitianos

A situação dos 728 refugiados haitianos que estão acampados em Brasileia, no Acre, precisa da atenção dos ministérios da Justiça e das Relações Exteriores, afirmou Jorge Viana (PT-AC).

— Apesar de o governo estadual estar prestando atendimento aos refugiados, a prefeitura não tem condições de lidar com a situação, que só vem se agravando — disse.

O senador teme que ocorra algum problema de saúde com os acampados, o que atingiria também os acrianos. Ele afirmou que as Organizações das Nações Unidas (ONU) e dos Estados Americanos (OEA) e o governo brasileiro "precisam tomar uma atitude".

Para Viana, a situação chegou a um ponto insuportável e o Brasil corre o risco de atrair a atenção do mundo inteiro graças à situação lastimável vivida pelos refugiados na fronteira entre Acre, Bolívia e Peru.



Senador defende o projeto original

Pedro França/Senado Federal